



## Ministério dos Transportes

# CURRÍCULO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

---

Nome: **Marconi Araní Mélo Filho**

Cargo efetivo: Advogado da União

Cargo comissionado: Consultor Jurídico junto ao Ministério dos Transportes.

### FORMAÇÃO ACADÊMICA

---

- Doutorando em Direito. Universidade de Brasília – UnB. Linha de Pesquisa: Regulação e Intervenção do Estado no domínio econômico (2020 - em andamento).
- MBA em Economia, Regulação e Gestão. Fundação Getúlio Vargas - FGV. Período: 2020/2022.
- Especialista em Direito Administrativo. Universidade ANHANGUERA/UNIDERP. Período:2012/2013.
- Especialista em Direito Processual Civil. UNISUL. Período: 2007/2008.
- Mestre em Direito Constitucional. UFPE. Período de 2004 a 2006.
- Bacharel em Direito. UFPE. Período de 1998 a 2003.

### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

---

- Advogado da União – AGU desde 07 de dezembro de 2009.
- Consultor Jurídico do Ministério dos Transportes – desde 2023 até o momento.
- Consultor Adjunto do MCTIC de 2019/2021;
- Coordenador-Geral de Transportes Terrestres (rodoviário e ferroviário) da Conjur do Ministério da Infraestrutura de 2014 a 2019;
- Coordenador-Geral de Assuntos Técnico-Judiciais da Conjur do Ministério do Esporte de março/2010 à julho/2011 (contencioso judicial e extrajudicial, atos normativos e matéria finalística);
- Coordenador-Geral de Assuntos Normativos e Apoio ao Contencioso da Conjur/ME de julho/2011 à agosto/2012 (contencioso judicial e extrajudicial e atos normativos - 1º reestruturação do ME);
- Coordenador-Geral de Apoio ao Contencioso da Conjur/ME até a presente data (contencioso judicial e extrajudicial - 2ª reestruturação do ME).
- Analista Judiciário – Área Judiciária (FC-2) do STJ. Gabinete do Ministro Castro Meira. Período de fevereiro/2009 a dezembro/2009;
- Agente de Polícia Federal. Divisão de Direitos Humanos/DF. Período de 2005 a 2009;
- Gerente Executivo/Coordenador de Atividade (DAS-4) do Setor Jurídico da ANP –

Agência Nacional de Petróleo em Brasília/DF. 2004/2005.

- Oficial de Justiça junto à Vara da Fazenda Pública de Olinda – TJ/PE. Período de 2002 a 2004.